

Entrevista com Carlos Pimenta e Óscar Afonso, do Observatório de Economia e Gestão de Fraude:

“A actual Democracia faz lembrar o filme Ratolândia, em que os ratos elegem os gatos para os gerir”

Dependências visitou o lado obscuro, crescentemente influente no capitalismo, que desde os anos 90 é mais transnacional e globalizado, onde se fala em economia não registada, em fraude económico-financeira e em criminalidade organizada. O ponto de partida é o Observatório de Economia e Gestão de Fraude, uma espécie de institucionalização do empenhamento científico e pedagógico de um conjunto de investigadores e profissionais que se agregaram na sequência da Pós-Graduação em Gestão de Fraude, com a sede social na Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Os seus membros têm formações diversificadas, constituindo a interdisciplinaridade, focalizada na detecção e prevenção da fraude, um valor acrescentado perante o sistemático esquecimento deste objecto de estudo, apesar da sua relevância social. Tendo em conta a universalidade da economia não registada e da fraude, esta instituição assume como alvo prioritário a realidade europeia e portuguesa, promovendo a interacção com todos os que, individual ou colectivamente, se defrontam com problemáticas similares no seu labor quotidiano.

OSCAR AFONSO

“Vivemos numa situação de terrorismo financeiro”



Contribuir para um melhor conhecimento da prevenção e detecção da fraude em Portugal, aprender com o saber e a experiência alheia, divulgar os conhecimentos gerados e contribuir para uma opinião pública nacional mais esclarecida, assim como prestar serviços que se harmonizem com a investigação, são corolários sempre presentes no seu quotidiano.

No dia 21 de Novembro de 2008, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude constitui-se notarialmente como associação de direito privado sem fins lucrativos, explicitando como seu objecto promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação.

A fraude é uma realidade multifacetada e multirreferencial, abrangendo todos as áreas da sociedade (por exemplo, da economia ao desporto, da cultura à política, da arte ao ambiente), cujo estudo exige o contributo de variadas áreas do conhecimento (da Ética à Economia, da Psicologia à Matemática, do Direito à Antropologia, da Gestão à Criminologia, partes de uma vasta lista) e

CARLOS PIMENTA

“O capitalismo actual é uma economia de rent-seeking”



cuja acção na detecção e prevenção exige os contributos de diferentes actores sociais. Por estas razões objectivas e pela formação dos associados, a interdisciplinaridade é uma das vertentes decisivas da actividade do Observatório.

Constituem objectivos do Observatório agregar cidadãos e instituições interessadas em conhecerem aprofundadamente a economia “sombra” e a fraude em Portugal, contribuindo para uma opinião pública esclarecida e para a promoção da investigação científica. Constituir uma memória das práticas fraudulentas em Portugal, enquanto instrumento para uma sua mais eficaz prevenção e detecção, e para um controlo e fiscalização eficientes, são outros designios do Observatório, que forma quadros técnica e eticamente preparados para a implementação de políticas anti-fraude nas instituições, privadas e públicas, e apoia organizações na prevenção da fraude. “Estudar a fraude e a economia sombra é sempre um processo de construção e desconstrução de saberes e conhecimentos científicos, simultaneamente disciplinar e interdisciplinar, contribuindo para a consolidação do objecto científico de uma ciência ainda em construção: Economia e Gestão da Fraude”, afirmam os nossos guias nesta aventura, Carlos Pimenta e Óscar Afonso, sócios fundadores e Presidente da Direcção do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF).

Do que falamos em concreto quando usamos o termo fraude?

Carlos Pimenta – A fraude é uma designação genérica para uma grande diversidade de tipos, *modus operandi* e intervenientes, pelo que é um conceito relativamente complexo e sobre ela há diferentes focagens. Existem várias interpretações dessa mesma realidade. Consta de um artigo elaborado por nós os dois a afirmação de que é todo o acto voluntário, no sentido de veladamente enganar alguém. E este enganar veladamente ou é ilegal, o que sucede na grande maioria, ou, sendo legal, viola as práticas socialmente aceites e é eticamente reprovável. É, por exemplo, o caso da utilização dos offshores para fugir aos impostos. Muitas vezes, a movimentação para os offshores é perfeitamente legal, mas isso não lhe retira a característica de ser socialmente negativo e de originar desigualdades extremamente acentuadas nas relações económicas e sociais. Como tal, consideramos essas utilizações como processos de fraude. É esse o nosso “mundo de luta”. Depois, existe quem, neste “mundo” dê mais importância às fraudes contra as empresas, a chamada fraude ocupacional, feita pelos seus funcionários. Outros darão mais importância às fraudes cometidas pelas próprias empresas. Outros ainda darão mais atenção às questões relacionadas com a fraude contra o consumidor. Outros apontaram mais o dedo à fraude no desporto e à viciação dos resultados em função das apostas. A lista seria imensa. Tudo isto tem que ver com o que o Óscar Afonso tem trabalhado, a economia não registada, que engloba a economia subterrânea, nomeadamente a fuga ao fisco que representa hoje valores extremamente elevados, e a economia ilegal, onde se inclui a droga, o tráfico de seres humanos, etc. Como diz um autor, basta abrimos o nosso frigorífico para encontrarmos resultados de uma actividade de escravatura. Na economia não observada temos ainda a economia informal, mas esta tem características muito diferentes das outras duas parcelas.

Em que medida poderemos afirmar que nesta “arte do ilegal”, vocês, os investigadores, são actores secundários que não conseguem vencer na parte final do filme?

Óscar Afonso – Somos certamente actores secundários e, como actores secundários que somos, estamos limitados na acção. Limitamo-nos, no trabalho que desenvolvemos, a detectar, ilustrar ou medir. Mas, como não somos os actores principais, não temos capacidade / meios de acção, pelo que o combate ao ilegal e ao subterrâneo requer manifesta vontade por parte de quem o pode fazer. Em todo caso, acreditamos que a nossa acção secundária é muito importante e é um passo no caminho certo porque vai no sentido de influenciar os actores principais.

Considera essa uma frustração para quem trabalha nesta área?

Óscar Afonso – Claro que é uma frustração, mas acreditamos que se trata de um primeiro passo e que, chamando a atenção para os valores e para a dimensão do fenómeno, a opinião pública em geral vai tomando mais consciência do que está em causa. E, nessa sequência, acreditamos que contribuimos nalguma forma de pressão para quem tem poder de inverter a situação; ou seja, acreditamos que com o nosso papel secundário contribuímos para a acção dos actores principais. Note, por exemplo, que a evasão e fraude fiscais têm efeitos sobre a distribuição do rendimento ao distorcer a função redistribuição do Estado. Face à redução das receitas fiscais, o Estado terá de reduzir os gastos públicos ao nível do pagamento de benefícios sociais ou, eventualmente, sobrecarregar fiscalmente outros sectores da população. E nos alertamos para isso. Dou-lhe ainda como exemplo a divulgação do índice de economia não registada em Portugal que o Observatório vem actualizando desde 2009. Notamos que a acção política sobre o combate à economia não registada, apesar de insuficiente, está associada à apresentação do índice e pensamos que não é uma mera coincidência.

A fraude empobrece os países e as economias?

Carlos Pimenta – Sim, empobrece... Mas voltando à questão anterior, consideramos que uma opinião pública esclarecida é fundamental para a desejada mudança de atitude. Contrariamente ao que se verifica em determinados meios, nomeadamente no anglo-saxónico, no nosso país a generalidade das empresas não se preocupam particularmente com o problema, porque têm a percepção de que só o vizinho tem fraude. E mesmo ao nível dos governos não se verifica qualquer tipo de actuação deliberada para combater a fraude, preferem ignorá-la. O Reino Unido, por exemplo, tinha um organismo que fazia a quantificação anual da fraude mas em Portugal nada disso existe. Como tal, o Observatório elege, desde que nasceu, uma preocupação pelo esclarecimento da opinião pública e de contribuir de alguma forma para esse tipo de formação. Esse trabalho é desenvolvido com enormes limitações, desde as financeiras à aceitação e reconhecimento social, mas vamos tendo os nossos espaços na imprensa, o site e uma série de publicações, participando em acções de formação e seminários, promovendo conferências internacionais, etc. Um outro aspecto em que a frustração é maior resulta do facto de cada um viver na sua “capelinha”... Nós temos potencial para auxiliarmos nas investigações do Ministério Público, das Polícias e de outras instituições, quanto mais não seja produzindo determinados tipos de estudos que definam probabilidades de fraude por actividade

ou sector assim como outros trabalhos que lhes podem ser eficazes e que eles não têm possibilidade de os fazer. Até admito, e há provas disso, que reconheçam o nosso valor, mas nunca se avança para uma colaboração efectiva. Temos protocolos e propostas de trabalho conjunto que “aguardam” assinaturas ou concordância há muitos anos...

É comum ouvir a sociedade afirmar que a fraude e a corrupção compensam porque ninguém é condenado... É verdade?

Óscar Afonso – Diria que, apesar de alguns serem condenados, a verdade é que compensa. A título de exemplo muito simples veja que evitando o pagamento de IVA o ganho é de 23% e não há muitos negócios em Portugal com uma margem tão grande. Mas o ganho com a fraude e a corrupção poderá gerar ainda ganhos maiores. A fraude, nomeadamente a perpetrada por quem tem elevado estatuto social e político, atinge valores muito significativos e é crescentemente parte da actividade do crime organizado. O crime económico organizado “de colarinho branco” que se estende para negócios muito diversificados. E não há dúvida de que as condenações estão em desconformidade com as consequências da fraude e da corrupção.

Em Portugal tem existido uma discussão entre os potenciais benefícios e os prejuízos gerados por pequenas actividades que se enquadram no pequeno ilícito da fuga ao fisco, nomeadamente aquelas geradas por micro empresas ou trabalhadores por conta própria que acabam por manter postos de trabalho ou por contribuir para a fuga à pobreza...

Óscar Afonso – Penso que está a referir-se à economia informal. Obviamente que seria melhor se pudesse ser evitada. Mas, apesar de tudo, considero-a a menos gravosa das componentes da economia não registada. A Economia Informal e o auto-consumo incluem actividades essencialmente associadas a estratégias de melhoria de condições de vida das famílias ou de sobrevivência, e permitem explicar a sobrevivência de populações com Produto Interno Bruto oficial per capita abaixo do limiar de subsistência, servindo de almofada social. Os valores envolvidos e a dinâmica nada têm a ver com a economia ilegal e a economia subterrânea. Muitas vezes, temos a tendência de culpar alguém que corta o cabelo em casa, ou alguém que chamamos ao final da tarde para reparar uma canalização ou para nos fazer uma pequena reparação a um automóvel e depois ignoramos valores astronómicos enquadrados na economia ilegal ou subterrânea. Mais genericamente diria que é triste ver que em Portugal se atribui ao serviço que é prestado sem factura a responsabilidade total, ou pelo menos a principal, da economia não registada. Creio que é um erro, em termos sociais e políticos. Provavelmente mais grave que a ausência de facturas é o excesso de facturas (exemplo, facturas falsas, empresas fictícias, sucessões artificiais de compras e vendas intercomunitárias) ou facturas com informação errada (exemplo, sobre e subfacturação, o encobrimento do que efectivamente são preços de transferência). Na leitura espontânea de todos estes acontecimentos pode pensar-se que são actos isolados, mas na realidade são processos em que cada acto faz parte de um todo, decorre de acontecimentos anteriores e exige uma continuidade. São actos criminosos ou socialmente reprováveis e despreza-se a sua inevitável articulação com os mais pequenos gestos

da vida das comunidades humanas: a educação e as referências éticas e estéticas inculcadas; a informação e a sua assimilação cultural e de valores; as práticas dos negócios nas dinâmicas estruturais e conjunturais; as formas como a sociedade se estrutura e as relações interpessoais se manifestam; a percepção do passado e do futuro moldando os nossos quotidianos. Em Portugal o que dizer, por exemplo, dos valores decorrentes do processo do BES, do BPP, das PPP, os empréstimos concedidos pela Caixa sem garantias, os negócios da PT... Tendemos a ignorar grandes decisões e a concentrarmo-nos em pequenas coisas que serão provavelmente a forma de vida de algumas pessoas que apenas procuram a sobrevivência.

Carlos Pimenta – Quando falamos na economia ilegal e na economia subterrânea, estamos em pleno mercado. São instituições perfeitamente estabelecidas que cometem esse tipo de fraudes, que resultam da própria forma de funcionamento da economia de mercado da sociedade capitalista. Quando falamos da economia informal, referimo-nos a actividades que não estão claramente inseridas no mercado. Por várias razões, estão um pouco à margem da lógica do mercado: porque é o indivíduo que opera isoladamente, porque não emprega trabalhadores, trabalhando apenas o agregado familiar... As razões dessa economia informal são completamente distintas das outras e existem vários estudos que demonstram que a forma de integração dessa população tem que obedecer a lógicas completamente distintas da simples repressão fiscal. Aliás, os trabalhos do Observatório demonstram que, nos últimos anos, a economia não registada aumentou a sua importância relativa em relação ao PIB, enquanto se fez um ataque violento exactamente a essa economia informal, para desviar a atenção das elites defraudadoras e enganar a opinião pública...

Um relatório recente das Nações Unidas apontava 200 bilhões de dólares provenientes do tráfico de drogas, seres humanos e armas. Também referia que esse valor podia transformar 90 por cento em países desenvolvidos ou ricos. Que comentários suscitam estes dados ao Observatório?

Carlos Pimenta – Não podemos confirmar esses valores porque são estimativas e não conhecemos o método mas estarão provavelmente muito perto da realidade, até porque se trata de um organismo com muita informação sobre o assunto e dotado de especialistas. Confesso que não nos espanta! De facto, os métodos de estimação da economia não registada subestimam a economia ilegal. A partir dos anos 90, o capitalismo deixou de procurar aumentar a produção, passando a viver sobretudo da especulação financeira e da obtenção de recursos, mesmo que não tenham sido produzidos. Através de uma obra que publiquei em 2004, cheguei à conclusão de que os volumes de especulação na bolsa, de movimentações financeiras sem qualquer contrapartida no processo produtivo, só eram explicáveis se houvesse uma massa muito significativa de valores que não eram contabilizados. Portanto, toda a economia ilegal e grande parte da subterrânea vão servir de almofada à dinâmica do capital fictício, que não tem por trás um processo de produção. Por outro lado, alguns autores referem que o capitalismo actual é uma economia de *rent-seeking*, ou seja, apropria-se de rendimento que não é produzido, de valor de outrem. Isto significa, por um lado, agravamento das desigualdades sociais entre países e dentro de cada um e, por outro lado, um acentuado crescimento do poder das organizações criminosas

internacionais, que já não são como os retratados nos filmes de gangsters. São também indivíduos bem estabelecidos, com redes sociais extremamente fortes nos aparelhos do Estado e da economia, que aproveitam essas actividades ilegais para controlar pela corrupção e que hoje emprestam dinheiro, amanhã são sócios e apropriam-se de empresas legais. Se tivéssemos hoje a possibilidade de calcular o volume de capital social de grandes empresas e de empresas estratégicas que estão, de alguma forma, ligadas à criminalidade transnacional, provavelmente ficaríamos extremamente espantados...

Será legítimo afirmar-se que estamos a viver hoje um período de terrorismo financeiro?

Óscar Afonso – Considero que sim, que vivemos numa situação de terrorismo financeiro. Este contexto que estamos aqui a abordar mostra isso mesmo. Muitas das recentes falências têm a ver precisamente com o desligamento entre a economia real e a economia financeira de que falava o Professor Carlos Pimenta. Foi sendo permitido o surgimento de bolhas, desligando a economia real da financeira e permitindo o enriquecimento de alguns à custa de muitos. Mas não é para terrorismo financeiro que existem os paraísos fiscais e outras praças financeiras internacionais que efectivamente acabam por ser paraísos fiscais? Não é para isso que é permitido o planeamento fiscal, que até pode ser agressivo, assim como muitas vírgulas e entrelinhas na nossa legislação? Não é para isso que se tem uma legislação mais preocupada em recuperar fundos perdidos, nem que recupere apenas uma ínfima parte, do que em castigar os que praticam actos ilegais?

Carlos Pimenta – Falando concretamente no caso dos bancos, estes funcionariam inicialmente como locais de acumulação do dinheiro disponível na sociedade, que poderia ser utilizado no processo produtivo. A indústria e o sector primário, que recorria à banca para empréstimos, produzia com base nesses recursos e estes voltavam ao sector bancário.

Faz sentido retomar a terminologia de alguns autores que distinguem o crédito da usura. No crédito o dinheiro é emprestado à indústria, à agricultura, enfim às actividades produtivas. Na usura o dinheiro é utilizado para o consumo, para criar o capital fictício. Para especular, para esse grande negócio dos financiadores que é a dívida pública. O crédito cria valor novo, enquanto a usura não, pelo menos directamente. A globalização tem privilegiado a usura em detrimento do crédito. É a economia de apropriação de rendimento (*rent-seeking*) de que falávamos.

Este sistema encontra formas hábeis de funcionar e, por domínio de “famílias” ou de organizações criminosas, permite a realização de negócios que, de outra forma, não seriam viáveis. A centralização do capital mundial aumentou os conflitos de interesse. A propósito do conflito de interesses, temos um exemplo paradigmático: a Organização Mundial de Saúde teve uma brutal redução do financiamento dos Estados e, hoje, quem a financia são os grandes laboratórios... Depois, associado à usura, surgem os milagres da imaginação humana como a titularização do crédito, um dos factores que originaram a crise de 2008. Em suma, eu empresto ao senhor “A”, dizendo que o mesmo tem grandes recursos e transformo esse empréstimo feito em títulos negociados na bolsa. Como vendo estes títulos, o meu balanço não diz que dependo do senhor “A” mas antes que fiz uma grande fortuna naquele período. E quem perde se o senhor “A” não pagar? Será quem



A ACFE (Association of Certified Fraud Examiners) dos EUA atribuiu ao OBEGEF em 2012, na pessoa do seu então presidente, o prémio «Outstanding Achievement in Community Service»

emprestou e essencialmente quem adquiriu títulos. Daí esta grande difusão à escala internacional de situações que, quando estoiram, arrastam economias, como sucedeu no sector bancário com este tipo de jogadas que nada têm a ver com o processo produtivo. E se falarmos no caso do Deutsche Bank, estamos perante um problema superior ao valor do PIB de muitos países...

Em que medida constituirão determinados processos de privatização um processo de banditismo? Quando se privatizam por exemplo empresas exploradoras e distribuidoras de recursos endógenos, nomeadamente energéticos não estaremos a abrir mão da riqueza de um estado que tem a obrigação de responder a necessidades de saúde, de habitação, de educação ou à própria economia social, entre outras?

Carlos Pimenta – Na minha perspectiva, a resposta afigura-se muito clara. As privatizações fazem parte de um processo que tem duas consequências: por um lado, fornecer recursos estratégicos ao grande capital, por vezes relacionado com organizações criminosas transnacionais - fenómeno frequentemente levantado mas nunca investigado - e, por outro, a diminuição do poder e capacidade de intervenção do Estado nas políticas económicas. É uma estratégia que associa uma ideologia neoliberal, errónea mas de aceitação espontânea.

Entre esses recursos endógenos, a água tem vindo a ser privatizada...

Óscar Afonso – sendo a água um bem essencial, a sua privatização corresponde a mais um passo no enfraquecimento do Estado. E a população fica obviamente dependente desses grupos detentores de um recurso crucial à vida. Trata-se no fundo de mais um exemplo revelador da libertação dos poderosos que, aproveitando a “conjuntura e as dificuldades do Estado, se libertam das peias reguladoras, programadoras e disciplinadoras do Estado. E assim se vai construindo um “mundo cinzento” que urge modificar radicalmente, desejando-se que as palavras “ética” e “lei” tenham algum significado positivo e dignificador para as futuras gerações.



Lavagem do dinheiro... 90% da produção do Afeganistão ópio... Holdings com a Rússia... Lavagem de dinheiro sujo de sangue

Carlos Pimenta – Essa questão da lavagem de dinheiro ou do branqueamento de capital é um problema central. Sempre que falamos em actividades de economia ilegal, e são imensas, em economia subterrânea, em corrupção, na criminalidade organizada transnacional que quer aplicar o dinheiro no sistema económico “normal”, estamos necessariamente a falar em branqueamento de capitais, em lavagem de dinheiro. Assume seguramente valores brutais. Todas estas actividades ilegais têm que ter em contrapartida, pelo menos em parte, lavagem de dinheiro. O branqueamento de capitais poderia ser uma “prova” em tribunal para tipos de crimes extremamente difíceis de detectar e de provar, como, por exemplo, sucede com a corrupção, nomeadamente quando não é apanhada na ocasião. A detecção dos circuitos de branqueamento de capitais poderia ser uma via para capturar outros tipos de crimes e julgá-los. Infelizmente a nossa legislação não permite actuar dessa forma. Por todas estas razões o branqueamento de capitais é uma questão fundamental. Parece-me que há resistências muito fortes a essa luta, até porque existem interesses ao mais alto nível envolvidos. Também por isso continuamos a viver num ambiente de «livre» circulação de capitais. Simultaneamente, muitos bancos têm sobrevivido à custa desse branqueamento de capitais. Sabe-se que uma grande parte dos milhões provenientes da droga mexicana estão a salvar bancos nos EUA.

Estaremos perante um desígnio sem solução?

Oscar Afonso – Acredito que tem solução! Começa pela consciencialização das pessoas para o fenómeno, algo que fazemos no Observatório, fazendo-as perceber que viveriam muito melhor se implementássemos acções decisivas que evitassem a fraude, a corrupção e a economia não registada que é parte de um

processo que engloba ainda o branqueamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, a desregulação, o enfraquecimento do Estado, o reforço dos crimes de colarinho branco, a expansão da criminalidade económica internacional e uma nova geoestratégia das máfias. Acredito sinceramente que é possível retomar a confiança entre representados e representantes, e fortalecer os laços de solidariedade e de respeito mútuo entre cidadãos e entre este e seus representantes.

Carlos Pimenta – Sem democracia não há combate eficaz à fraude, mas creio que é necessário reinventar a Democracia. A actual faz lembrar o filme Ratolândia, em que os ratos elegem os gatos para os gerir. A forma como a Democracia tem funcionado presta-se muito a isto e veremos provavelmente nos próximos anos o ascenso de ditaduras fascistas na Europa, o que representa a incapacidade da democracia defender os povos e fazer fluir a ética. Para combater a fraude defendo um Estado mais fortemente fiscalizador e zelador do interesse das populações e uma alteração na correlação de forças à escala internacional. A fraude está muito ligada a uma mentalidade europeia e americana do curto prazo, que há uns anos era de dois anos, depois passou a um, depois a semestre e, agora, a semanas. Por isso os meios de comunicação discutem a vivência e os rumos de um país pelos indicadores do último mês, sem ter sequer em conta factores como a sazonalidade. Nas economias asiáticas, nomeadamente na China, ainda impera a lógica do longo prazo, mais estruturante e promotora do desenvolvimento integrado. Em síntese, proporia Estados mais fortes, maior fiscalização e controlo das actividades económicas e sociais e efectiva criminalização das fraudes económico-financeiras; muito maior canalização de recursos para os sectores produtivos e reduzir drasticamente a usura; reinventar a Democracia e, eventualmente, uma alteração da correlação de forças internacionais. E, obviamente, o fim do «consenso» neoliberal de Washington.